

## **Indicadores de Impacto da Plataforma Indicar:**

### **Descrição e Efetividade**

#### **DOCUMENTO PRELIMINAR**

##### **Coordenação Geral**

Andrea Azevedo

Ane Alencar

##### **Equipe**

Ana Carolina Crisostomo

Carolina Guyot

Isabel Castro

Jarlene Gomes

Marcelo Stabile

Valderly Piontekowsky

Ricardo Souza

## INTRODUÇÃO

O objetivo da Plataforma Indicar é auxiliar na avaliação das políticas de controle do desmatamento, focando na melhor gestão dessas políticas através da organização e divulgação de dados. Este documento tem por objetivo descrever a lista de indicadores de impacto que compõem a Plataforma Indicar Estados, e as medidas de efetividade. Nesta primeira versão, a Plataforma apresenta os indicadores comuns aos quatro estados participantes<sup>1</sup>. Esses indicadores são relativos à políticas selecionadas dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará.

## CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

**Construção de série histórica de dados.** A Plataforma Indicar está sendo concebida explicitamente como instrumento de monitoramento de resultados e impactos. Desta forma, terá um caráter complementar aos sistemas de monitoramento de desempenho dos planos, em parte já existentes ou mesmo em reformulação, em outros casos, previstos para a próxima fase dos planos. O acompanhamento dos impactos se destina a verificar se as mudanças pretendidas através dos planos estão sendo alcançadas e podem ser verificadas em campo. Em muitos casos, esta verificação demanda tempo e amadurecimento processual. Portanto, é importante que iniciemos o processo de coleta de dados de modo a gerar uma série histórica que permita uma compreensão mais acurada dos resultados e impactos das políticas, mesmo que alguns sejam melhor visualizados em um período futuro.

**Ausência de metas além da redução do desmatamento.** Os Planos Estaduais (PPCDs), cuja primeira edição data de 2008/2009, foram impulsionados pela obrigatoriedade de sua apresentação para o acesso aos recursos do Fundo Amazônia. Inicialmente os planos estaduais seguiram a mesma tendência do plano federal (PPCDAm), direcionando seu esforço à reunir todas as ações relacionadas à prevenção e controle do desmatamento no respectivo estado, e adotando tanto a estrutura geral do PPCDAm, com os seus três eixos, quanto o desdobramento do indicador de impacto da área desmatada para o nível estadual. A orientação estratégica dos PPCDs vem avançando ao longo de sua implementação e dos processos de revisão, gradativamente evoluindo para uma abordagem mais estratégica e orientada à resultados. Entretanto, mesmo com o avanço na estrutura dos planos, estes ainda não contam com um conjunto de metas condizente com a abrangência dos seus objetivos e necessários para a sua aferição. A ausência de metas para além do desmatamento faz com que tenhamos que observar a evolução dos resultados das políticas ao longo do tempo.

**Horizonte temporal:** Ao longo das oficinas ficou acordado que os indicadores são referentes à fase atual, iniciando a coleta dos dados a partir de 2009. Uma vez que a meta global dos planos é estabelecida para 2020, é importante que fique claro como as diferentes fases dos planos contribuem para o alcance da meta global de redução de desmatamento e emissões de GEE. A ausência de metas específicas para a abrangência dos objetivos dos PPCDs é elemento central que necessita ser melhor discutida no futuro. De toda forma, a análise da evolução dos indicadores ao longo dos anos será fundamental para indicar a efetividade das políticas e para

---

<sup>1</sup> O IPAM agradece à consultora Monika Roper pelo apoio na elaboração deste conteúdo.

gerar subsídios para o estabelecimento de metas e para o planejamento articulado entre as fases, metas específicas e a meta global dos PPCDs.

**Redução de desmatamento no estado:** Os PPCDs, em menor ou maior grau, enfatizam as ações da esfera estadual, e também contemplam contribuições de órgãos federais e municipais (no caso do Mato Grosso, também da sociedade civil), sem especificar ou delimitar as respectivas atribuições. Esta situação tem rebatimento nos objetivos e nas estratégias dos planos e também no monitoramento dos seus impactos. Na discussão de definição dos indicadores comuns aos planos do AC, AM, MT e PA (Julho 2015) ficou acordado que os indicadores irão medir os **impactos das políticas dentro do território estadual**, não excluindo ações em assentamentos e UCs federais, assim como Terras Indígenas, quando pertinente.

**Medição da evolução dos indicadores de impacto:** Como já falado, os planos possuem metas de redução de desmatamento e emissões de GEE globais, mas não possuem metas específicas para os três eixos temáticos, suas políticas e ações. Para o desmatamento e emissões de GEE, classificaremos o resultado do indicador a partir do atingimento das metas de redução estabelecidas nos planos, assim como sua variação anual. Para os indicadores das políticas que não possuem metas específicas, os indicadores serão classificados de acordo com a sua evolução ao longo do tempo.

## 1. INDICADORES DE IMPACTOS DO EIXO OBJETIVO GERAL

Os indicadores gerais dos planos são aqueles que estão em um nível de impacto acima da perspectiva dos eixos temáticos, e são associados à efetividade agregada de todas as ações nos eixos dos planos. Portanto, estabelecemos indicadores para captar os impactos dos planos como um todo.

Além da redução do desmatamento, que deve resultar da implementação conjunta e equilibrada de todos os eixos e ações, outros indicadores refletem também os impactos gerais dos mesmos. Dessa forma, foram agregados indicadores para captar também os impactos relacionados às ações de prevenção e combate às causas estruturantes e de geração de alternativas ao desmatamento, entendendo que estas também dependem da efetividade agregada das ações dos planos.

### 1.1. Desmatamento

Conforme mencionado, o acompanhamento da evolução da área desmatada representa o indicador geral mais imediato de todos os planos, que reflete diretamente o alcance do objetivo geral dos planos, que é a redução do desmatamento. Para auxiliar na compreensão do desmatamento e orientar ações, foram estabelecidos três indicadores, como descrito a seguir:

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Cumprimento da meta de redução do desmatamento do Estado	Indicador baseado na variação percentual do desmatamento no período em relação à meta do período.  Unidade de medida: km <sup>2</sup>	<b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a média do desmatamento no período é igual ou menor que a meta do período.  <b>Efetividade média:</b>

	Fonte: PRODES/INPE; PPCDs	Ocorre quando a média do desmatamento no período é até 10% maior que a meta do período.  <b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a média do desmatamento no período é pelo menos 10% maior que a meta do período.
Redução do Desmatamento.	Varição percentual da área desmatada neste ano em relação à área desmatada no ano anterior.  Unidade de medida: km <sup>2</sup>  Fonte: PRODES/INPE; PPCDs.	<b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada neste ano é igual ou menor que a área desmatada no ano anterior.  <b>Efetividade média</b> Ocorre quando a área desmatada neste ano é até 10% maior que a área desmatada no ano anterior.  <b>Efetividade baixa</b> Ocorre quando a área desmatada é pelo menos 10% maior que a área desmatada no ano anterior.

## 1.2 Emissão de Gases de Efeito Estufa

O PPCDAm constitui um plano regional no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC; Lei nº 12.187, de 2009). A redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) por mudanças no uso da terra na Amazônia e no Cerrado representa a contribuição mais significativa para os avanços em direção ao alcance das metas de redução voluntária assumidas pelo Brasil até 2020.

Os PPCDs reproduzem os cálculos para o estabelecimento das metas de redução do desmatamento e a conversão em toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente adotada no Decreto 7.390/2010, que regulamenta a PNMC. Dessa forma, os PPCDs estaduais contam com um indicador estabelecido e com metas definidas para emissões de GEE.

Em 2014 o governo brasileiro Brasil submeteu o Nível de Referência de Emissões Florestais (FREL) para pagamentos por resultados REDD+ à UNFCCC. O nível de referência apresentado pelo Brasil é subnacional e diz respeito ao desmatamento no bioma Amazônia. Conforme avançarem as discussões sobre REDD+ no âmbito da Comissão Nacional de REDD+ e seus grupos de trabalho, a medição das emissões por desmatamento pelos estados deverá ser rediscutida.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
<p>Redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao nível de referência.</p>	<p>Varição percentual de emissões de GEE por desmatamento neste período em relação ao nível de referência do período.</p> <p>Unidade de medida: ton CO<sub>2</sub>eq.</p> <p>Fonte: INPE/PRODES, PNMC/ Decreto 7.390/2010, PPCDs.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a média das emissões de GEE neste período é igual ou menor que a do nível de referência do período.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a média das emissões de GEE neste período é até 10% maior que a o nível de referência do período.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a média das emissões de GEE neste período é pelo menos 10% maior que o nível de referência do período.</p>
<p>Redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação à meta de desmatamento.</p>	<p>Varição percentual de emissões de GEE neste período em relação às emissões da meta de desmatamento do período.</p> <p>Unidade de medida: ton CO<sub>2</sub>eq.</p> <p>Fonte: PRODES/INPE, PNMC e Decreto 7.390/2010, PPCDs.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a emissão evitada é igual ou maior que a meta do período.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a média das emissões de GEE neste período é até 10% maior que as emissões da meta de desmatamento do período.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a média das emissões de GEE no período é pelo menos 10% maior que a meta do desmatamento do período.</p>
<p>Redução de emissões de gases de efeito estufa.</p>	<p>Varição percentual de emissões por desmatamento neste ano em relação às emissões no ano anterior.</p> <p>Metodologia de cálculo (Decreto 7.390/2010): 1 hectare = 132,3 tonelada de carbono, 1 tonelada de carbono = 3,67 (44/12) toneladas de CO<sub>2</sub>.</p> <p>Unidade de medida: ton</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a emissão de GEE neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a emissão de GEE neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a emissão de GEE neste ano é pelo menos 10% maior que no</p>

	CO <sub>2</sub> eq  Fonte: PRODES/INPE, PNMC/ Decreto 7.390/2010, PPCDs.	ano anterior.
--	---	---------------

### 1.3. Degradação florestal

Ao longo dos últimos anos a importância de acompanhar a evolução de outras formas de desmatamento além do corte raso passou a ser reconhecida. Por um lado, muitas vezes o próprio processo de desmatamento é realizado de forma gradual, passando por várias etapas até atingir o estágio de corte raso. Os diferentes estágios de crescente degradação florestal, além de constituírem problemas específicos no contexto do desmatamento, podem por sua vez desencadear agravantes do processo, por exemplo, na medida em que aumentam a exposição das áreas florestadas à ocorrência e ao alastramento de incêndios.

Algumas questões relacionadas à medida da degradação suscitam dúvidas e demandam esclarecimentos no contexto dos indicadores, tal como o tratamento do manejo florestal sustentável. O manejo é enquadrado como estágio de degradação florestal pelos sistemas de monitoramento, ao mesmo tempo em que a sua ampliação constitui uma das estratégias de apoio a atividades econômicas sustentáveis no âmbito dos planos. Uma forma de minimizar essa questão é acompanhando a evolução das áreas sob plano de manejo, indicador apresentado no Eixo de Fomento à Atividades Produtivas Sustentáveis. Apesar dos problemas metodológicos mencionados, este indicador foi incluído no rol do monitoramento comum, visando criar um estímulo ao acompanhamento sistemático da evolução da degradação florestal por parte dos estados e aos avanços metodológicos necessários.

O mapeamento da degradação florestal é realizado pelo INPE através do sistema Degrad. O sistema mapeia as áreas em processo de desmatamento em que a área florestal ainda não foi totalmente removida. Os levantamentos foram iniciados em 2007 e foram realizados até 2013, no entanto, os dados não foram disponibilizados com regularidade anual após este ano. Como o Degrad não elabora uma máscara das áreas degradadas, essas áreas podem aparecer e desaparecer ao longo dos anos no mapeamento. Para diminuir a influência desses elementos na mensuração, foi criada uma linha de base de degradação florestal. Esta linha de base foi criada para fins de mensuração do indicador no âmbito da Plataforma Indicar, não tendo sido estabelecido pelos planos estaduais.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
<p>Redução da área degradada em relação ao nível de referência.</p>	<p>Variação percentual da área degradada neste ano em relação ao nível de referência.</p> <p><u>Nível de referência:</u> Média dos cinco anos anteriores ao ano analisado. Por limitações na série de dados do Degrad, que só apresenta dados de 2007 a 2014, este indicador foi calculado a partir de 2012.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup>.</p> <p>Fonte: Degrad/INPE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área degradada neste ano é igual ou menor que o nível de referência.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área degradada neste ano é até 10% maior que o nível de referência.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área degradada neste ano é pelo menos 10% maior que o nível de referência.</p>
<p>Redução do incremento de área degradada.</p>	<p>Variação percentual de novas áreas degradadas neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup>.</p> <p>Fonte: Degrad/INPE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o incremento de área degradada neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o incremento de área degradada neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o incremento de área degradada neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p>
<p>Redução da área em degradação contínua.</p>	<p>Variação percentual da área em degradação contínua neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup>.</p> <p>Fonte: Degrad/INPE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área em degradação contínua neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área em degradação contínua neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área em degradação contínua neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p>

#### 1.4. Incêndios florestais e uso inadequado do fogo em práticas agropecuárias

O uso do fogo na Amazônia está intrinsecamente relacionado ao desmatamento, especialmente em função da sua utilização no âmbito da abertura de novas áreas para pastagens ou uso agrícola, mas também como instrumento de manejo na limpeza de pastos e roçados. A Amazônia Legal conta com um mecanismo consolidado de monitoramento de focos de calor por satélite pelo INPE desde a década de 1980. Estes alimentam os sistemas de alerta e subsidiam a fiscalização. Apesar de tanto o INPE quanto o Ibama e ICMBio estarem estudando a introdução de sistemas que também possam aferir a área queimada, estes dados atualmente ainda não se encontram disponíveis. Futuramente deverão ser utilizados para apoiar a responsabilização ambiental e para aprimorar a aferição da emissão de GEE, onde ainda não são considerados.

A priori, a redução da ocorrência de incêndios florestais e queimadas constitui um bom indicador para a eficácia global dos planos, uma vez que poderia informar tanto sobre a efetividade do controle ambiental como sobre o avanço em tecnologias alternativas ao uso do fogo na agropecuária. No entanto, é necessário levar em conta que a forte sazonalidade e o caráter cíclico das secas na Amazônia fazem com que em várias ocasiões os impactos dos planos possam ser sobrepostos por fatores climáticos externos à governabilidade dos mesmos.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Redução do número de focos de calor.	<p>Variação percentual do número de focos de calor neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: número de focos de calor</p> <p>Fonte: Monitoramento de Queimadas e Incendios - Satélite AQUA/ INPE</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o número de focos de calor neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o número de focos de calor neste ano é até 10% maior que no ano anterior</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o número de focos de calor neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior</p>
Redução do número de focos de calor em áreas de floresta.	<p>Variação percentual do número de focos de calor em áreas de floresta neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: número de focos de calor</p> <p>Fonte: Monitoramento de</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o número de focos de calor em áreas de floresta neste ano é igual ou menor que o ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o número de focos em áreas de floresta neste ano é até 10% maior que o ano anterior.</p>

	Queimadas e Incendios - Satélite AQUA/ INPE	<b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o número de focos de calor em áreas de floresta neste ano é pelo menos 10% maior que o ano anterior.
--	---	---

## 2. INDICADORES DO EIXO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E FUNDIÁRIO

### 2.1. Unidades de Conservação

Nos últimos anos, a dinâmica de criação de novas áreas arrefeceu em decorrência da mudança na prioridade da agenda ambiental no país. Tanto no PPCDAm quanto nos PPCDs argumenta-se que o foco atual é a implantação e gestão das unidades de conservação já criadas, e a maioria dos PPCDs prevêem ações nestas pautas. As unidades de conservação (UC) existentes compõem um estoque de áreas protegidas com papel relevante para a prevenção do desmatamento, na conservação da biodiversidade e na absorção de GEE.

Atualmente não há indicadores consensuados entre os quatro estados participantes para medir efetividade de gestão de UC. Dessa forma, os indicadores de efetividade de gestão serão propostos pela equipe do IPAM futuramente. Como forma de garantir a presença de indicadores relacionados à efetividade da gestão de UCs, foram definidos indicadores de regularização fundiária de UCs. Estes indicadores, porém estão em fase de levantamento de dados pelas OEMAS e irão integrar a plataforma futuramente.

Todos os indicadores de UCs foram separados por tipo de unidade de conservação, sendo elas de Proteção Integral (PI) e Uso Sustentável (US), devido a diferença de função desses dois tipos de UCs. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei N° 9.985/2000), as UCs de proteção integral tem a função de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Já aquelas de uso sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Ainda no âmbito das UCs de uso sustentável, sugerimos separar as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das demais, uma vez que este tipo de UC está relacionado ao uso privado dessas áreas (domínio privado), enquanto as demais categoria de UC de uso sustentável tem em vista o uso tradicional (domínio público) dessas áreas, associado à conservação ambiental e manutenção de práticas tradicionais de baixo impacto ambiental. Além disso, foi feita uma separação entre os indicadores de UCs federal e estadual.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Redução do desmatamento em Unidades de Conservação Estadual de Proteção Integral.	Variação percentual da área desmatada em UCs Estadual de Proteção Integral neste ano em relação a área desmatada nessas UCs no ano anterior.	<b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Proteção Integral neste ano é igual ou menor que no ano anterior.  <b>Efetividade média:</b>

	<p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: PRODES/INPE, OEMA.</p>	<p>Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Proteção Integral neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Proteção Integral neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p>
<p>Redução do desmatamento em Unidades de Conservação Federal de Proteção Integral</p>	<p>Varição percentual da área desmatada em UCs Federal de Proteção Integral neste ano em relação a área desmatada nessas UCs no ano anterior. Fonte: PRODES/INPE, ICMBIO.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: PRODES, OEMA.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federal de Proteção Integral neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federal de Proteção Integral neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federal de Proteção Integral neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p>
<p>Redução do desmatamento em Unidades de Conservação Estadual de Uso Sustentável de domínio público</p>	<p>Varição percentual da área desmatada em UCs Estadual de Uso Sustentável de domínio público neste ano em relação a área desmatada nessas UCs no ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: PRODES/INPE, OEMA.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Uso Sustentável neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Uso Sustentável neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Uso Sustentável neste ano é pelo menos 10% que no ano anterior.</p>

<p>Redução desmatamento em Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável de domínio público.</p>	<p>Varição percentual da área desmatada em UCs Federais de Uso Sustentável de domínio público neste ano em relação a área desmatada nessas UCs no ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: PRODES/INPE, ICMBIO</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federais de Uso Sustentável neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federais de Uso Sustentável neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federais de Uso Sustentável neste ano é pelo menos 10% que no ano anterior.</p>
<p>Redução do desmatamento em Unidades de Conservação Estadual de Uso Sustentável de domínio privado.</p>	<p>Varição percentual da área desmatada em UCs Estadual de Uso Sustentável domínio privado neste ano em relação a área desmatada nessas UCs no ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: PRODES/INPE, ICMBIO</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Uso Sustentável neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Estadual de Uso Sustentável neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada em UCs Estadual de Uso Sustentável neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p>
<p>Redução do desmatamento em Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável de domínio privado.</p>	<p>Varição percentual da área desmatada em UCs Federal de Uso Sustentável de domínio privado neste ano em relação a área desmatada nessas UCs no ano anterior. Fonte: PRODES/INPE, ICMBIO</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federal de Uso Sustentável neste ano é igual ou menor que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federal de Uso Sustentável neste ano é até 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada em UC Federal de Uso Sustentável</p>

neste ano é pelo menos 10% maior que no ano anterior.

## 2.2. Destinação de áreas

A falta de regularização fundiária é um dos principais gargalos estruturantes identificados no contexto da prevenção e do controle do desmatamento na Amazônia. As ações de regularização fundiária deveriam focar na identificação dos vazios fundiários, de modo a permitir a gestão da malha fundiária, a responsabilização ambiental e a criação das bases para o fomento das atividades produtivas. Portanto, o “saldo” de áreas sem identificação fundiária, ou seja, não contidas em nenhuma categoria fundiária, deveria diminuir ao longo do tempo. Do ponto de vista teórico, estas áreas correspondem às glebas públicas não destinadas, mas na prática, há muitos casos de títulos emitidos sobre estas áreas, além de vários conflitos de responsabilidade institucional. O monitoramento dos vazios fundiários será testado quanto a viabilidade de sua aferição a partir das bases de dados existentes, e será futuramente incluído dentre os indicadores da Plataforma.

## 3. INDICADORES DO EIXO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

### 3.1. Licenciamento Ambiental

Na medida em que o licenciamento ambiental deve assegurar a regularidade ambiental das atividades produtivas, é possível identificar uma série de interfaces com a agenda da prevenção e do controle do desmatamento. A evolução das autorizações de desmatamento fornece os insumos para a aferição do desmatamento legal. Conforme mencionado no capítulo sobre o indicador de desmatamento, atualmente ainda não existe uma rotina de acompanhamento e cruzamento destas informações com os dados de monitoramento disponibilizados pelo Prodes, e os dados referentes a este indicador estão em processo de organização nos estados, de modo que futuramente terão maior consistência.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Aumento do percentual de desmatamento autorizado no Estado.	Varição do percentual da área desmatada autorizada neste ano em relação ao percentual autorizado no ano anterior.  Unidade de medida: km <sup>2</sup>  Fonte: OEMAs, PRODES.	<b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o percentual de área desmatada autorizada é pelo menos 66% maior que área total desmatada.  <b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o percentual de área desmatada autorizada em relação ao total desmatado é maior

		<p>que 33% e menor que 66%.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o percental de área desmatada autorizada é menor que 33% que a área total desmatada.</p>
--	--	---

### 3.2 Regularização e adequação ambiental dos imóveis rurais

Desde a elaboração inicial dos PPCDs, este tema presenciou uma grande evolução normativa e instrumental, uma vez que neste período ocorreu o aprimoramento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de implementação, acompanhado do redesenho do processo de adequação ambiental, sendo que ambos passaram a integrar a reformulação do Código Florestal, consolidada pela Lei 12.651/2012 e suas regulamentações.

Esta dinâmica levou ao amadurecimento da compreensão do tema, cujas ações em parte ainda se encontram distribuídas de forma fragmentada entre os eixos e ações dos PPCDs.

Atualmente prevalece um entendimento de que o mesmo integra o eixo de monitoramento e controle, na medida em que se destina a assegurar o cumprimento das obrigações legais de proteção da vegetação nativa nos imóveis rurais. Da mesma forma, os avanços instrumentais permitem realocar e reunir indicadores, que antes se distribuíam por vários instrumentos de monitoramento, mas que futuramente poderão ser acompanhados de forma integrada e acessível através dos sistemas eletrônicos do CAR, em particular, o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Os quatro estados participantes da iniciativa aderiram ao SICAR.

Neste sentido, a implantação do CAR tornou-se uma grande prioridade na implementação dos planos. Embora se trate apenas do primeiro passo no processo de adequação ambiental, cujos impactos em campo estão direcionados à manutenção e / ou recuperação das áreas previstas em lei, o esforço de constituição do cadastro e de inclusão em escala dos imóveis rurais no mesmo absorve um grande contingente da capacidade operacional e dos recursos disponibilizados aos órgãos ambientais estaduais.

Desta forma, propõem-se aqui como indicadores comuns, o monitoramento das várias fases do cadastro ambiental rural, incluindo área de cadastros feitos, área de cadastros em análise, percentual da área cadastrada validada, a área de passivo de reserva legal e área de proteção permanente em processo de recuperação, assim como o desmatamento nas áreas cadastradas. Entende-se que a relação de **impacto** entre o cadastramento e a redução de desmatamento é **indireta**, mas associa-se ao CAR um papel significativo na inibição do desmatamento, especialmente o ilegal. Os indicadores compõem um gradiente entre a verificação de desempenho e de **impacto direto**, e se fazem relevantes dada a importância estratégica do cadastramento para a política ambiental dos estados. Neste primeiro momento está sendo monitorada a inclusão de novos cadastros no CAR em relação a área total cadastrável no estado. Os módulos de análise, validação e regularização ambiental do SICAR

ainda não foram implementados, e dessa forma, não têm como ser mensurados. Além disso, indicador de desmatamento em áreas cadastradas em relação às áreas não cadastradas comporá a plataforma assim que os dados ou a base de CAR dos estados forem repassados.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Aumento do percentual de área cadastrada no CAR em relação a área total cadastrável do estado.	<p>Varição do percentual de área cadastrada no CAR neste ano em relação a área total cadastrável.</p> <p>As áreas passível de cadastramento variam de acordo com cada estados (Ver nota sobre áreas cadastráveis dos estados).</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: OEMA, SICAR</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o percentual de área cadastrada no CAR em relação a área total cadastrável do estado é maior que 66%.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o percentual de área cadastrada no CAR em relação a área total cadastrável do estado é maior que 33% e menor que 66%.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o percentual de área cadastrada no CAR em relação a área total cadastrável do estado é menor que 33%.</p>
Redução do percentual de área desmatada no CAR em relação à áreas não cadastradas.	<p>Varição da área desmatada no CAR em relação a área desmatada fora do CAR neste ano.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: OEMA, SICAR</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o desmatamento em áreas cadastradas no CAR é menor que o desmatamento em áreas não cadastradas.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o percentual de desmatamento em áreas cadastradas é até 10% maior do que o desmatamento fora do CAR.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o percentual de desmatamento em áreas cadastradas é pelo menos 10% maior que o desmatamento fora do CAR.</p>

#### 4. INDICADORES DO EIXO DE FOMENTO A ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Este eixo congrega um conjunto grande de temas e ações relacionadas à viabilidade econômica do uso dos recursos naturais, sem promoção (ou com redução) do desmatamento e da degradação florestal.

A própria dinâmica de construção do PPCDAm e dos PPCDs levou a que o eixo reunisse uma série de temas que, de fato, ultrapassam a ideia original de fomento a atividades produtivas. Entre os mesmos figuram cadeias produtivas prioritárias a serem fortalecidas como alternativas ao desmatamento, ações de inclusão sócio-produtiva junto a públicos selecionados, tais como extrativistas, agricultores familiares e assentados da reforma agrária, incentivos à mudança de práticas que visem a redução do desmatamento, tais como a intensificação da pecuária e a reocupação de áreas degradadas por atividades produtiva, ações estruturantes de apoio, como assistência técnica e disponibilização de mecanismos de financiamento para as atividades, e, finalmente, as iniciativas de remuneração de serviços ambientais associados à conservação e ao uso das florestas. Mais do que nos outros eixos, estas ações estão pautadas por uma ótica da oferta que pode ser disponibilizada pelos órgãos responsáveis e não por uma perspectiva de alinhamento estratégico orientado ao alcance de resultados e impactos.

Na Amazônia, uma grande parte dos usos econômicos dos recursos naturais é caracterizada por um alto grau de informalidade, de modo que a identificação de indicadores é difícil e muitas vezes as estatísticas existentes guardam uma relação distante com as dinâmicas econômicas reais. O impacto desejável de todas estas iniciativas visa que a renda gerada pelas atividades alternativas ao desmatamento supere aquela gerada pelas atividades associadas e dependentes do desmatamento. No entanto, as bases de dados que permitam esta aferição são precárias, de modo que qualquer enunciado nesta linha necessita levar em conta uma série de aproximações e cautelas metodológicas. Desta forma, todos os indicadores aqui sugeridos devem ser entendidos como propostas iniciais, cuja viabilidade prática necessita ser testada e avaliada.

#### 4.1 Manejo Florestal Madeireiro

O foco das ações neste tema é o aumento da sustentabilidade da extração e da viabilidade econômica da madeira legalizada. Em um contexto ideal, a viabilidade econômica seria mensurada pela participação da comercialização dos produtos madeireiros na geração de renda dos manejadores. A partir das estatísticas oficiais existentes, os dados que mais se aproximam desta perspectiva são o volume e o valor da produção madeireira comercializada, apurados pelas estatísticas de produção da extração vegetal e silvicultura (PEVS), disponibilizada pelo IBGE, ou as bases de dados dos estados, através do sistema DOF e SISFLORA. No entanto, estes dados estão associados a um conjunto significativo de restrições – por exemplo, não consideram custos de produção e não podem ser correlacionados com o número de manejadores. A ampliação da sustentabilidade da extração poderá ser aferida pela área dos planos de manejo madeireiro licenciados pelos órgãos ambientais.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Aumento da área em Plano de Manejo Madeireiro Sustentável.	Variação percentual da área em plano de manejo madeireiro neste ano em relação ao ano anterior. Unidade de medida: km <sup>2</sup>	<b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área em plano de manejo é pelo menos 10% maior que no ano anterior.

	Fonte: SEMA, DOF/IBAMA , SISFLORA	<p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área em plano de manejo é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área em plano de manejo é igual ou menor que no ano anterior.</p>
Aumento do volume produzido de madeira oriunda de Manejo Florestal Madeireiro Sustentável.	<p>Variação percentual do volume de madeira comercializado neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: m<sup>3</sup></p> <p>Fonte: SEMA, DOF/IBAMA</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o volume de madeira produzido é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o volume de madeira produzido é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o volume de madeira produzido é igual ou menor que no ano anterior</p>

#### 4.2 Extrativismo e Manejo Florestal Não-Madeireiro

O monitoramento deste macrotema representa um desafio ainda mais complexo, pois a diversidade de produtos manejados e a informalidade do setor é ainda maior do que no manejo madeireiro. Desta forma, é imprescindível concentrar o monitoramento em alguns produtos prioritários e emblemáticos no contexto amazônico, e aqui foram selecionados borracha, castanha e açaí. As estatísticas oficiais disponíveis utilizáveis para uma aproximação à geração de renda estão sujeitas às mesmas restrições anteriormente mencionadas, de modo que também deve ser avaliada a possibilidade de embasar o acompanhamento em informações disponibilizadas pelos órgãos estaduais e outras fontes complementares, desde que as mesmas possibilitem o monitoramento conjunto e contínuo.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Aumento do volume de açaí produzido.	<p>Variação percentual do volume produzido neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: Ton</p> <p>Fonte: PEVS/IBGE</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o volume produzido é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o volume produzido é até 10% maior do que no ano anterior.</p>

		<p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o volume produzido é igual ou menor que no ano anterior.</p>
<p>Aumento do volume de borracha produzida.</p>	<p>Varição percentual do volume produzido neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: Ton</p> <p>Fonte: PEVS/IBGE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o volume produzido é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o volume produzido é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o volume produzido é igual ou menor que no ano anterior.</p>
<p>Aumento do volume de castanha produzida.</p>	<p>Varição percentual do volume produzido neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: Ton</p> <p>Fonte: PEVS/IBGE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o volume produzido é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o volume produzido é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o volume produzido é igual ou menor que no ano anterior.</p>
<p>Aumento do valor total de açaí comercializado.</p>	<p>Varição percentual do valor total de açaí comercializado neste ano em relação ao ano anterior;</p> <p>Unidade de medida: R\$</p> <p>Fonte: PEVS/IBGE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é igual ou menor que no ano anterior.</p>
<p>Aumento do valor da borracha</p>	<p>Varição percentual do valor de borracha comercializado neste ano em relação ao ano anterior.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é pelo menos 10%</p>

comercializada.	<p>Unidade de medida: R\$</p> <p>Fonte: PEVS/IBGE.</p>	<p>maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é igual ou menor que no ano anterior.</p>
Aumento do valor da castanha comercializada.	<p>Varição percentual do valor de castanha comercializada neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: R\$</p> <p>Fonte: PEVS/IBGE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o valor total comercializado é igual ou menor que no ano anterior.</p>

#### 4.3. Produção da Agricultura Familiar e dos Assentamentos

Este macrotema não está organizado por cadeias produtivas específicas e sim a partir dos modos de produção associados a determinadas atores que, além disso, frequentemente utilizam a diversificação produtiva como estratégia de minimização de riscos. Esta perspectiva dificulta a seleção de indicadores, pois as estatísticas de produção geralmente não permitem a associação com uma tipologia de produtores. Uma forma de aproximação cujo foco não está na viabilidade econômica e sim na garantia da segurança alimentar e na inclusão socioproductiva, mas que permite a aferição de volumes e valores de produção como nos temas anteriores, pode ser realizada a partir dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), geridos pela Conab e FNDE. Em termos de indicativos para a geração de renda, valem as mesmas restrições metodológicas já mencionadas.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Aumento do volume total de produtos da agricultura familiar adquiridos pelo Programa de Aquisição de	<p>Varição percentual do volume comercializado no PAA ano "X" em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: Ton</p> <p>Fonte: CONAB</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o volume comercializado é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o volume</p>

Alimentos (PAA).		<p>comercializado é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o volume comercializado é igual ou menor que no ano anterior.</p>
Aumento do valor total de produtos da agricultura familiar comercializado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	<p>Variação percentual do valor total comercializado pelo PAA neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: R\$</p> <p>Fonte: CONAB.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o valor adquirido é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o valor adquirido é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o valor adquirido é igual ou menor que no ano anterior.</p>
Cumprimento do percentual mínimo no PNAE.	<p>Variação percentual do valor total comercializado de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar neste ano em relação ao percentual mínimo estabelecido pelo PNAE (30%).</p> <p>Unidade de medida: R\$</p> <p>Fonte: FNDE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o percentual comprado da agricultura familiar é pelo menos 10% maior que o percentual mínimo.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o percentual comprado da agricultura familiar é até 10% maior do que o percentual mínimo</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o percentual comprado da agricultura familiar é igual ou menor que o percentual mínimo.</p>

#### 4.4. Pecuária Sustentável

A priorização desta cadeia decorre da sua relevância como um dos principais propulsores do desmatamento. O foco da atuação dos PPCDs no tema está na promoção de boas práticas que contribuam para reduzir a realização de novos desmatamentos. Uma das principais práticas a serem promovidas é a intensificação, que pode ser medida através da taxa de lotação. No entanto, é importante que seja verificado se não há a ocorrência concomitante de novos desmatamentos, que podem anular o efeito da intensificação. A observação do indicador e da

dinâmica do desmatamento poderá ser feita na plataforma, na funcionalidade do mapa do Desmatamento. A evolução da tendência de ocupação das áreas desmatadas pela pecuária pode ser acompanhada pela apuração dos usos e coberturas de terra pelo sistema TerraClass, mantido pelo INPE e pela Embrapa. Espera-se que se estabilize ou reduza a área desmatada ocupada por pasto uma vez que com a intensificação os pastos passam a ser mais eficientes. De maneira complementar foi estabelecido um indicador de variação da área de pasto, uma vez que é esperado que a área de pasto se estabilize com o processo de intensificação, e um indicador de melhoria de qualidade de pastos, com a adoção de melhores práticas agropecuárias.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade (3= Alta efetividade; 2= Média efetividade; 1= Baixa efetividade)
Intensificação da pecuária	<p>Varição na taxa de lotação neste ano em relação à média brasileira.</p> <p>Unidade de medida: cabeça/ hectare</p> <p>Taxa de lotação média brasileira (Censo gropecuário de 2006) = 1.14 cabeças/hectare.</p> <p>Taxa de lotação de referência= 2 cabeças/hectare (75% maior que a média brasileira).</p> <p>Fonte: Fonte: TerraClass/INPE, PAM/IBGE.</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a taxa de lotação é pelo menos 75% maior que a média brasileira.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a taxa de lotação é até 75% maior que a média brasileira.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a taxa de lotação é menor que a média brasileira.</p>
Redução da área de pasto no estado.	<p>Varição percentual da área de pasto no estado neste ano em relação ao biênio anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: TerraClass/INPE</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área de pasto é igual ou menor que o biênio anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área de pasto é até 10% maior do que o biênio anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área de pasto é pelo menos 10% maior que o biênio anterior.</p>
Redução da pecuária em áreas de desmatamento recente.	<p>Varição percentual de área de pasto localizada em áreas desmatadas no biênio anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área desmatada ocupada por pasto é pelo menos 33% menor que a soma da área desmatada nos dois anos</p>

	<p>Fonte: TerraClass/PRODES/ INPE</p>	<p>anteriores.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando a área desmatada ocupada por pasto em relação a soma da área desmatada nos dois anos anteriores é maior que 33% e menor que 66%.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área desmatada ocupada por pasto é 66% maior que a soma da área desmatada nos dois anos anteriores.</p>
<p>Melhoria na qualidade dos pastos.</p>	<p>Varição da área de pasto que mudou de categoria de pasto em relação ao biênio anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p> <p>Fonte: TerraClass/INPE</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando pelo menos 66% da área de pasto mudou de categoria em relação ao biênio anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando mais que 33% e menos de 66% de área de pasto mudou de categoria em relação ao biênio anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando menos que 33% de área de pasto mudou de categoria em relação ao biênio anterior.</p>

#### 4.5 Boas Práticas na Agricultura de Médio e Grande Porte

Para este segmento, as ações dos planos estão direcionadas a promover práticas que reduzam a ocorrência de novos desmatamentos. Uma forma de verificar a sua efetividade é a reocupação de áreas degradadas com atividades produtivas agropecuárias, que pode ser acompanhada através das mudanças entre as classes de uso e cobertura de áreas desmatadas aferidas pelo sistema Terra Class.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
<p>Utilização de áreas abertas para agricultura.</p>	<p>Varição do percentual da área de pasto que foi convertida para agricultura em relação ao biênio anterior.</p> <p>Unidade de medida: km<sup>2</sup></p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando a área de pasto convertida para agricultura é pelo menos 6,6% do total da área de pasto no biênio anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b></p>

	Fonte: TerraClass/INPE	<p>Ocorre quando a área de pasto convertida para agricultura é entre 3,3% e 6,6% do total da área de pasto no biênio anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando a área de pasto convertida para agricultura é igual ou menor que 3,3% da área de pasto no biênio anterior.</p>
--	------------------------	--

#### 4.6 Mecanismos de Financiamento

Neste tema estão reunidas as ações orientadas a disponibilizar recursos financeiros para o fomento das atividades produtivas priorizadas. Houve uma série de esforços de aumentar a disponibilização de crédito para atividades sustentáveis ou para a transição da produção, mas, mesmo assim, a utilização destes recursos tem sido, em sua maioria, mínima. Desta forma, o impacto da efetividade destas ações poderia ser aferido pelo número de novos contratos de crédito relacionados a atividades sustentáveis. Os dados específicos das diferentes categorias de PRONAF foram disponibilizados apenas a partir de 2015 pelo Banco Central. Desta forma a efetividade desse indicador só poderá ser classificada quando forem liberados os dados de 2016.

Nome do Indicador	Descrição	Efetividade
Novos contratos das categorias sustentáveis do Pronaf	<p>Variação percentual de novos contratos nas linhas sustentáveis do Pronaf neste ano em relação ao ano anterior.</p> <p>Unidade de medida: número de contratos</p> <p>Fonte: Banco Central.</p> <p>Categorias sustentáveis do Pronaf: Floresta, Agroecologia, Eco, Agroindústria, Jovem e Mulher</p>	<p><b>Efetividade alta:</b> Ocorre quando o número de novos contratos é pelo menos 10% maior que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade média:</b> Ocorre quando o número de novos contratos é até 10% maior do que no ano anterior.</p> <p><b>Efetividade baixa:</b> Ocorre quando o número de novos contratos é igual ou menor que no ano anterior.</p>